Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Letras (IL)
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP)

LARISSA COSTA SILVA

Covid-19 e situação de rua: análise discursiva crítica de textos publicados em *O Trecheiro* (2020-2022)

BRASÍLIA
2022

LARISSA COSTA SILVA

Covid-19 e situação de rua: análise discursiva crítica de textos publicados em *O Trecheiro* (2020-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de graduada em Letras - Língua Portuguesa e sua Respectiva Literatura, na habilitação de licenciatura, pelo Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília.
Orientadora: Viviane de Melo Resende

BRASÍLIA
2022

Covid-19 e situação de rua: análise discursiva crítica de textos publicados em *O Trecheiro* (2020-2022)

Larissa Costa Silva
Orientadora: Viviane de Melo Resende

Resumo
Neste trabalho analisamos a representação discursiva da situação de rua no jornal de rua *O Trecheiro*, durante o período pandêmico (e pós) de 2020 a 2022. O *corpus* da pesquisa agrupa 20 edições que estão disponíveis no site da Rede Rua e, assim, foram sistematizadas integralmente no *software* NVivo 11 Pro. Com base no aporte teórico da Análise do Discurso Crítica, enquadrado por Fairclough (2001 e 2003) e van Leeuwen (2008), estudamos três categorias analíticas: intertextualidade e fontes jornalísticas, modos de avaliação de pessoas em situação de rua e modos de referência de pessoas em situação de rua. O uso do NVivo propiciou nossa pesquisa, de caráter qualitativo, pois tivemos uma ferramenta produtiva para codificação e cruzamento dos dados obtidos. A partir do recorte analítico, cruzando textos que tratam da situação de rua e da pandemia de Covid-19, buscamos acessar como o jornal se organiza em termos de gênero e suporte e quais são as vozes que falam da PSR, considerando o grave contexto de assistência social e políticas públicas nos últimos dois anos.
Palavras-chave: Análise do Discurso Crítica; Situação de rua; Pandemia; *O Trecheiro*; NVivo 11; políticas públicas.

Introdução

O presente trabalho investiga a representação da situação de rua em textos publicados pelo jornal de rua *O Trecheiro*, durante a pandemia da Covid-19, de 2020 a 2022, e é resultado da pesquisa de iniciação científica "Covid-19 e situação de rua: análise discursiva de notícias publicadas em O Trecheiro (2020-2022)". Para subsidiar a etapa analítica, nos apoiamos no aporte teórico da Análise do Discurso Crítica, pois é uma abordagem que se volta para o estudo de problemáticas sociais representadas na linguagem.

Após a introdução, a primeira seção apresenta a contextualização da situação de rua no Brasil e em São Paulo, onde *O Trecheiro* está instalado e é a cidade que concentra a maior PSR do país. Já na segunda seção, abordamos uma discussão sobre as políticas públicas para/sobre a população em situação de rua. Na terceira, retomamos o conceito de *street papers* e a história do periódico de rua escolhido para o trabalho. Em seguida, tratamos da pertinência da ADC para a temática da situação de rua. A quinta seção apresenta o *software* de pesquisa NVivo 11 Pro para a sistematização, tratamento e cruzamento dos dados, favorecendo o teor qualitativo da pesquisa. E a sexta seção reúne a macroanálise do corpus, focalizando na análise estrutural e na categoria de

intertextualidade. O artigo se encerra com as considerações finais provenientes do percurso analítico.

1. Situação de rua em tempos de covid: Brasil e São Paulo

Nessa seção, iremos contextualizar a formação da população em situação de rua no Brasil, levando em consideração as mazelas que o sistema capitalista marcou no que se refere ao panorama da pobreza. Com maior especificidade à temática da pesquisa, tratando da agenda pública em São Paulo, a primeira e única subdivisão desta seção apresenta uma revisão do ordenamento jurídico brasileiro sobre políticas públicas e das estratégias municipais reguladas na cidade, como portarias e a rede socioassistencial.

Em meados do século 20, a intensificação de processos migratórios e de êxodo rural no Brasil assinalou uma nova concepção de cidade, em que mudanças geográficas e econômicas se manifestaram como privação de direitos básicos, tais como educação, saúde, moradia e lazer, e não só de bens materiais. Os processos de formação da sociedade brasileira indicam que com a urbanização a pobreza se capilarizou num processo multifacetado, sendo essa uma "categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser tomado como natural" (YAZBEK, 2012, p. 290).

Num país historicamente oligarca, autoritário e escravocrata, o acesso ao básico esteve, constantemente, na mira da manutenção da riqueza. Neste sentido, o processo de formação da sociedade brasileira foi transpassado pela carência de recursos e de políticas de assistência social, em que tais questões passaram a integrar as reivindicações estatais, de maneira espaçada se comparadas ao avanço capitalista (BAPTISTA, 2001).

Compreender como a pobreza extrema de hoje está atrelada à história subsidia uma margem de discussão acerca da desigualdade, que se traduz nas profundas diferenças na distribuição de renda. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2021), cerca de 90% da população brasileira tem renda inferior a R$ 3,5 mil por mês, equivalente a menos de 3 salários mínimos. Em contrapartida, o topo da pirâmide não representa nem 1% das pessoas que superam a renda de R$ 28 mil reais mensalmente.

A desigualdade que distancia grupos mais e menos abastados marca, assim, o princípio da extrema pobreza no Brasil. São as relações de poder vigentes, permeadas pela privação material, que revelam condições ainda mais profundas da desigualdade social nas questões de gênero, raça

e renda. Segundo a pesquisadora Maria Carmelita Yazbek (2012), a realidade da pobreza está, a todo momento, em nossas experiências cotidianas, pois:

> Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBEK, 2012, p. 290)

Tais pluralidades engessam o panorama da pobreza como resultado amplo do capitalismo, em que as lacunas não se restringem aos bens materiais, mas englobam toda uma gama de direitos sociais. Com tantas facetas, podemos admitir que, a pobreza é um processo social categoricamente multidimensional, há uma esfera substancial desta população que é subjugada e estigmatizada. Pessoas em situação de rua, conceituadas pela Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR, 2009) como um grupo heterogêneo, que compartilha a pobreza extrema, o rompimento de vínculos familiares e a ausência de moradia convencional, são uma crescente no Brasil.

Embora a vulnerabilidade seja um fator comum à população em situação de rua, há diversas realidades sobrepostas neste grupo, de maneira que devemos considerar, em suma, o "trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação" (NUNES; SOUSA, 2020, p. 105). Por mais que em graus diferenciados, a exclusão abrange as inúmeras particularidades que pessoas em situação de rua carregam em seus contextos e trajetórias.

Tida por "capital dos fazendeiros", São Paulo obteve com o mercado cafeeiro sua expansão como cidade, seguida de movimentos migratórios constantes a partir da industrialização (MENDONÇA, 2020). No século 20, as Grandes Guerras e as crises econômicas abriram espaço político-econômico para que São Paulo se tornasse, no panorama mundial, uma metrópole e um grande centro urbano. A ascensão capitalista traçou também o aprofundamento da pobreza, ou seja, os espaços desta cidade são desiguais em, por exemplo, acesso a serviços, moradia e infraestrutura.

Firmada num Estado hegemônico e colonial, São Paulo cresceu exponencialmente após a década de 1970, se transformando no perfil de grande cidade urbanizada desenvolvida. Em sua formação geográfica e econômica, o panorama da desigualdade junto com o da concentração de renda, com regiões precarizadas e a política higienista na distribuição do espaço sociocultural.

O conceito de metrópole foi formulado a partir de "configurações socioespaciais representativas do momento histórico da acumulação fordista, da industrialização e da construção do Estado do Bem-Estar Social, mas receberam avaliações pessimistas pelos graves problemas que apresentaram" (BAPTISTA, 2001, p.3). Com a chegada dos anos 2000, o tempo e o espaço urbano foram dimensões afetadas por outras relações.

Mas, para alcançar os complexos fatores que conceituam uma metrópole, não só quanto a sua formação histórica, o Estado funciona como um guarda-chuva no que se refere às ações e políticas públicas. Produto de práticas sociais, tal espaço é conflitivo, transitório e relacional, o que nos leva a reconhecer sua realidade pelo espectro hegemônico, sendo organizado através dos jogos de interesse e/ou poder. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

> O Estado é um espaço de condensação complexa e de mediação de forças sociais. Na verdade, a visão neutra é uma maneira de argumentar em favor de um tipo de Estado que, por meio de suas políticas e, certamente, de suas omissões, é um ativo reprodutor de desigualdade e um grande obstáculo à expansão de direitos civis e sociais (PNUD, 2004, p.66).

Ao desvendarmos tais questões problemáticas, uma série de mecanismos de opressão se congregam à cidade, no entanto, um deles em especial nos interessa: a situação de rua. Se, de um lado temos o paradigma do empobrecimento no Brasil, noutro espectro a metrópole de São Paulo condensa, em seu limitado espaço geográfico, os efeitos da desigualdade quanto a diferentes níveis.

Ao passo que a pobreza remonta uma história brasileira secular, a situação de rua acompanhou seu aprofundamento, não sendo mero produto colonial-moderno (MENDONÇA; RESENDE, 2019). Observamos, assim, que no bojo das desigualdades, a população em situação de rua se formou de maneira sistêmica enquanto as políticas públicas são morosas.

Se a população em situação de rua já enfrentava desafios para ter seus direitos garantidos há anos, uma mudança no curso global afetou ainda mais a dinâmica do grupo. No início de

2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, pela sétima vez na história, o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Diante da rápida e descontrolada disseminação do SARS-CoV-2, vírus que causa a doença respiratória Covid-19, o contexto de pandemia logo marcou um novo período do século 21. Entre as principais medidas aplicadas para reduzir a transmissão do vírus e conter sua propagação, estiveram o isolamento social, higienização das mãos e uso de máscaras. Para enfrentar a pandemia adequadamente, uma série de ações se fizeram (e fazem) necessárias, porém, a população em situação de rua, caracterizada pela pobreza extrema, não tem acesso aos recursos básicos para viver, como moradia, saúde, educação, segurança e lazer.

Diante do contexto pandêmico da Covid-19, uma crise sanitária, econômica, política e social eclodiu mundialmente. Taxas de desemprego, fome, inflação e violência dispararam e seus efeitos devem perdurar por tempo indeterminado. Neste espectro, o aumento das desigualdades impactou diretamente na alta do número de pessoas em situação de rua, pois uma grande parcela da sociedade, sob a órbita da pobreza, viu-se em situação de deixar suas casas.

De acordo com o primeiro Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo, formulado pela Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), foi identificado o aumento de mais de 30% da população em situação de rua durante o período pandêmico. Enquanto em 2019 os dados somavam 24.344 pessoas em situação de rua na cidade, no final de 2021, a pesquisa identificou 31.884 pessoas.

Entre as mais diversas questões, a situação de rua é uma problemática que, para além da exclusão, se tornou naturalizada. Pessoas em situação de rua têm suas identidades concebidas por um viés ideologicamente comum de hostilidade, e as formas como olhamos, representamos e referimos o grupo faz parte das práticas hostis. Por isso, delimitar o discurso como campo para estudo da representação da situação de rua pode fornecer subsídio de como estas relações são materializadas textualmente.

2. Políticas públicas para a população em situação de rua

Os direitos da população em situação de rua são, do ponto de vista do ordenamento jurídico, uma pauta recente na agenda pública. Em 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) foi implementada de forma descentralizada e representou um marco ao

instituir diretrizes que atendam aos direitos básicos do grupo, além de comitês gestores intersetoriais.

Segundo Bonalume (2011, p. 2),"a intersetorialidade, embora seja tema e objeto de experiências e estudos significativos no país, que permite o reconhecimento de sua importância e viabilidade nas políticas sociais, enfrenta muitas limitações no tocante a sua implantação prática". Isto porque as ações e políticas públicas têm a possibilidade de serem implementadas de formas diferentes, sem uma sistematização e continuidade.

Para as demandas da população em situação de rua, o critério de intersetorialidade que faz parte da PNPSR deve ser traçado em consonância com o desenvolvimento de estratégias que se conectem entre si. Nesse quesito, a Política cria um mecanismo mais geral para que os governos estaduais e municipais se organizem de acordo com as necessidades individuais e coletivas de cada região. Entre as diretrizes da PNPSR estão, por exemplo:

> II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo; V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; (...) X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos. (PNPSR, 2009)

Assim, partimos dos princípios estabelecidos na Política Nacional Para População em Situação de Rua como forma de intervenção social para tratar da agenda pública implementada em São Paulo, cidade em que *O Trecheiro* está e essa pesquisa se tematiza. Regida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), a rede socioassistencial em São Paulo se firmou para a população em situação de rua com a promulgação da PNPSR, apenas 1 ano depois.

Em 2010, com a publicação da Portaria 46, a cidade passou a ser a primeira no Brasil que dispõe de um tipificação própria e específica da rede socioassistencial, bem como segue regulação de parcerias que sejam realizadas por meio de convênios. No documento de mais de 400 páginas, a rede de proteção especial de alta complexidade institui os serviços de Boracea e

Arsenal da Esperança[1]. Núcleos de Convivências e Centros de Acolhida também são caracterizados e definidos com a portaria.

Mas, de 2009 a 2019, isto é, desde quando a PNPSR foi instituída até o ano que precede o início da pandemia da Covid-19, a população em situação não parou de crescer. O censo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) contabilizou 13.666 pessoas em situação de rua no ano de 2009 e cerca de 24.344 após dez anos. Em que pese as normativas jurídicas que foram publicadas quanto à situação de rua — como Plano Municipal de Políticas para População em Situação de Rua (Plano PopRua, 2016) —, o grupo teve um aumento expressivo, o que incita um questionamento sobre qual é a efetividade das políticas públicas que têm sido aplicadas em São Paulo.

Com o *boom* do período pandêmico, em 2020, as lacunas nos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade estiveram, se isto for possível, ainda mais visíveis. Durante dois anos, o aumento numérico da população em situação de rua foi de 7.450 pessoas em relação à 2019, sendo, conforme dados da SMADS, mais de 31 mil pessoas em situação de rua na cidade.

Num panorama geral, as demandas do grupo foram levadas para o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19, publicado no final de 2020. Para a PSR, o documento propõe que sejam disponibilizados, por exemplo, banheiros públicos abertos, kits e produtos de higiene, água potável e imóveis e/ou abrigos para que as pessoas em situação de rua cumpram o isolamento social.

A agenda pública de São Paulo para a população em situação de rua levanta um leque de dimensões a serem analisadas. Apesar das portarias, normas e outras recomendações jurídicas, o grupo esteve sistematicamente, ano após ano, em uma curva crescente. Os processos de exclusão social, na esfera das políticas públicas, podem ser centrais para a centralização da proteção dos direitos humanos e da promoção do debate público sobre o desenvolvimento e implementação das ações. (ALVES; ESCOREL, 2012).

3. S*treet papers* e o jornal de rua *O Trecheiro*

[1] Segundo a Portaria, o Complexo Boracea é um conjunto de serviços que atendem pessoas em situação de rua na idade adulta. O espaço físico deve funcionar 24 horas para acolher e garantir a proteção do grupo. Enquanto o Arsenal da Esperança é um espaço de acolhimento provisório destinado a homens em situação de rua com mais de 18 anos.

Para esta pesquisa, focalizamos textos veiculados pelo *O Trecheiro* em busca de compreender quais são as formas de representar a população em situação de rua nesse periódico durante o período da pandemia da Covid-19. A partir do texto jornalístico, propomos acessar os discursos que são reproduzidos no período escolhido, pois todo texto carrega em si significado sobre o mundo e a sociedade.

Nesta seção, iremos trazer um breve panorama sobre o declínio do jornalismo impresso para o digital, ainda mais acentuado durante o período pandêmico; e conceituar os *street papers* de acordo com a forma que se organizam atualmente. Também apresentaremos a história do veículo selecionado para a pesquisa, *O Trecheiro*, seus objetivos como jornal de rua na maior cidade do país, São Paulo, e as principais mudanças e/ou adaptações relacionadas à sua organização em razão da pandemia da Covid-19.

Há registros de redução de 11% do jornalismo impresso no Brasil já na década de 1995 a 2005 (RIGHETTI; QUADROS, 2009) e, ano após ano, essa queda vem se acentuando. Numa curva decrescente, com dados de pouco mais de 10 anos depois, o Instituto Verificador de Comunicação (IVC, 2016) constatou que a circulação diária dos principais jornais impressos estava abaixo de 1 milhão (883. 247 exemplares), uma redução de mais de 2 milhões por dia.

Se a circulação dos impressos esteve, a partir dos anos 1990, em declínio, o ano de 2020, com a pandemia da covid-19, o isolamento social, as medidas de restrição e o massivo uso da internet, trouxe uma das menores tiragens da história. Entre 2020 e 2021, a circulação caiu 13,6% no total (IVC, 2021) e, assim, até mesmo veículos de grande destaque, como a *Folha de S. Paulo*, registraram aproximadamente 55 mil tiragens em papel. No caso das empresas da mídia comercial, a transformação digital responde a interesses empresariais e a adventos tecnológicos associados a novas exigências do público leitor, amplificadas pela contingência da pandemia.

Fora desta curva, *street papers* ou jornais de rua são periódicos que partem da premissa oposta à da mídia tradicional, sendo voltados para, discorrendo sobre e/ou sendo distribuídos pela população em situação de rua. Em 1990, o surgimento da revista *The Big Issue* em Londres foi um marco para que outros *street papers* tomassem espaço e fosse iniciado um movimento de propagação global. Publicada em quatro continentes, a sua proposta é gerar renda para pessoas em situação de rua com a perspectiva de mudança econômica. Ainda que não tenha sido o primeiro jornal de rua, pois as revistas estadunidenses *Street News* e *Street Sheet* despontaram

antes, a *The Big Issue* foi uma iniciativa exponencialmente marcante, pois a partir dessa revista uma rede internacional de *street papers* foi desenvolvida.

O trabalho da *The Big Issue* modulou regras de padronização, organização das vendas, normas conduta da rede de voluntariado e impulsionou a primeira rede internacional de *street papers*, intitulada *International Network of Street Papers* (INSP). Dois anos depois, em 1996, a *The North American Street Newspaper* (Nasna) também foi criada para fomentar os projetos, prestar ações de consultoria e, finalmente, estabelecer o diálogo internacional entre os periódicos de rua.

Street papers estão no rol de jornalismo alternativo, mas com "característica ser uma ferramenta para a (re)inclusão de pessoas em situações de pobreza extrema na roda econômica, por meio da venda direta de seus volumes" (ACOSTA, 2012, p. 41). A partir dessa definição, *O Trecheiro* pertence a outro tipo de suporte na gama de *street papers*, pois este periódico não operacionaliza esforços com foco na geração de renda para PSR. *O Trecheiro* é, na realidade, uma ferramenta de transformação social, se inserindo como um canal de denúncia, que reúne as pautas da população em situação em suas publicações. Esse periódico é integralmente temático sobre a rua.

Santos (2013) sustenta que, para entendermos como os *street papers* se organizam, existem duas dinâmicas indissociáveis, sendo estas quanto ao "entendimento das publicações de rua como promotoras da reinserção social de pessoas em situação de rua e o papel que os/as envolvidos/as desempenham nesse veículos" (p. 50-1). Por mais que os periódicos de rua tenham, no cerne da sua criação, o conceito de reintegração social por meio do trabalho, cada jornal se organiza de acordo com as demandas da população em situação de rua de cada local que os textos cobrem e de decisões editoriais próprias. No caso de *O Trecheiro*, não há o aspecto de geração de renda envolvido, diferente do caso de outros *street papers* (a revista *Traços*, por exemplo, também objeto do projeto de pesquisa mais amplo de que este estudo é parte).

Entre os pontos de maior problematização dos *street papers* está o grau de protagonismo da pessoa em situação de rua nos discursos que são veiculados sobre/para elas. A esta altura, devemos admitir que a viabilidade de propostas como a destes jornais enfrenta dificuldades para se firmar, pois o capital inserido, muitas vezes, parte de doações e a mão de obra envolvida nos textos, fotografias, impressão e veiculação não é, geralmente, remunerada.

Nelson Traquina em *Por que as notícias são como são* (2020) apresenta uma indagação que, para esta pesquisa, pode nos auxiliar a compreender os caminhos e propósitos de *street papers*: “o jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política social?” (TRAQUINA, 2002, p. 25). Essa proposição é um dos pontapés para olharmos o jornalismo como um dispositivo de transformação social, questão que guia os *street papers* em todo o mundo, de maneira que estes assumam posição central na efetiva mudança social. Rozendo (2011, p. 43) traduz os periódicos de rua como aqueles em que:

> a objetividade e neutralidade, tão discutidas nos assuntos relacionados ao jornalismo, não possuem tanta importância. Nestes veículos de comunicação alternativa, o produto jornalístico toma partido das questões sociais como a desigualdade e exclusão social em contraposição às tendências jornalísticas que defendem a separação entre produção e realidade social.

Tomando este espaço alternativo para representar a situação de rua está *O Trecheiro*. Lido pela primeira vez em 1991, este jornal faz parte da Associação Rede Rua, em São Paulo, e surgiu de um trabalho colaborativo entre atores sociais envolvidos nas pautas do grupo e pessoas em situação de rua. Na própria página oficial do periódico, *O Trecheiro* se define da seguinte maneira: "é um instrumento relevante para a população de rua, ele cumpre o papel de registrar, denunciar e anunciar as histórias das vidas nas ruas, as violações de direitos e as ações em favor desse público”.

O TRECHEIRO

ANO 1 - Nº 1 - Agosto de 1991

JORNAL DO POVO DA RUA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS MARGINALIZADOS - CDCM

FALA POVO DA RUA !

Editorial:

Há um ano e meio atrás, surgia por parte dos movimentos e Pastorais Marginalizadas uma inquietação: como fazer com que denuncias das violações aos direitos humanos sofridas por tais camadas da população cheguem à sociedade em geral. De um pequeno grupo, com representantes destas Pastorais (Mulher Marginalizada, Negros, Meninos e Meninas de Rua, Deficientes, Migrante e Povo da Rua e Carcerária) foi se gestando a idéia de um Centro que pudesse documentar, noticiar e estar a serviço destas camadas marginais. Surgiu então de maneira muito concreta a possibilidade de um Convênio com a PMSP, através da Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Pe. Paulo, da Igreja Bom Jesus do Brás, gentilmente nos cedeu um espaço na torre da mesma, onde estamos de segunda a sexta-feira.

Pe. Julio, da Comunidade Povo da rua S. Marcinho de Lima deu o seu apoio. Os Missionários do Verbo Divino melhoraram o projeto através da Entidade Mantenedora. Aqui estamos, Nelson, Alderon e Antonio, com o apoio da SURES/SE, dando andamento ao Projeto. Este Jornal, batizado com o nome de: "O TRECHEIRO", quer ser um veículo de comunicação entre o POVO DA RUA, Bem como de relatar para a sociedade civil a realidade vivida pelas camadas marginalizadas do Centro da Cidade.

Está aqui um espaço em que o POVO DA RUA pode falar!

Sua participação e colaboração será sempre bem-vinda!

A Equipe da Redação.

UM CENTRO DE COMUNICAÇÃO, PARA QUE ?

A primeira pergunta que surge so se falar de um CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS MARGINALIZADOS é: PRA QUÊ? Apresentamos, portanto, a seguir alguns dos objetivos e metas a serem alcançadas por ele.

- Estar presente nas situações de conflitos, transformando-as em Notícia-Denuncia e anuncio das realidades vividas pelo povo marginalizado, confrontando com a ideologia do poder normalmente veiculada pelos grandes meios de comunicação.
- Ouvir, ver e sentir a realidade vivida por esta população, transforma-la em notícia, promover sua veiculação nos meios de comunicação já existentes.
- Propiciar um maior dinamismo e integração entre os movimentos que trabalham com os marginalizados.
- Fazer a documentação visual, auditiva escrita dos momentos mais importantes do dia a dia vividos entre o Povo da Rua e nos diversos movimentos marginalizados.

No dia a dia se dará da seguinte maneira:

a) Articulação entre estes movimentos e com outros através de reuniões, contatos, seminários e pesquisas.

b) Criação da memória e regate da história do povo através de Vídeo, Jornal, arquivo fotográfico, de correspondência e catalogação de artigos publicados em jornais e revistas.

c) Colaborar com a organização do povo da rua, utilizando as Pastorais, Casas de Convivência, Centros Comunitários, Cooperativas, locais frequentados por eles, fornecendo materiais, tais como: som, vídeo, fotos, slides, teatro, etc.

MARGINALIZADOS CONTRA A PENA DE MORTE

As entidades e Pastorais que trabalham com os marginalizados e entre eles o POVO DA RUA, realizaram um ATO PÚBLICO E UMA VIGÍLIA contra a Pena de Morte. Começou no dia 05 no Largo São Francisco, com uma Celebração Ecumênica, prolongou-se por toda noite e dia seguinte e terminou as 18hs do dia 06 com uma caminhada até a Praça da Liberdade, onde foi lembrado o dia da 1ª Explosão Atômica em Hiroshima.

"JUNTOS pela DEMOCRACIA!"

O TRECHEIRO

JORNALISMO A SERVIÇO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

| Ano 31 | Edição 274 | Janeiro/Fevereiro de 2022 |

Andar DE Cabeça ERGUIDA...

Natal da População em Situação de Rua e dos Catadores/as

Redação

No dia 22 de dezembro de 2021 foi mais um desses dias que não se esquece. As pessoas em situação de rua e os/as Catadores/as de Material Reciclável receberam o ex-presidente Lula da Silva na quadra dos bancários, próximo ao Centro de São Paulo. "Gostaríamos de anunciar a vinda do nosso sempre presidente Luiz Inácio da Silva", anunciou Anderson Lopes Miranda, coordenador do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua - MNLDPR, um dos movimentos que organizou o encontro. Assim que os coordenadores conseguiram acalmar a alegria do encontro com o Lula, um grupo de pessoas com trajetória de rua iniciaram uma encenação sobre o "Natal na Rua", coordenada pelo Robson Mendonça, coordenador do Movimento Estadual da População em Situação de Rua. "Vamos juntos com muita luta e Lula presidente, é o brasil para frente sem deixar ninguém para trás. Por isto, viva todos os excluídos que juntos vamos esperançar", declamou Mendonça.

Padre Júlio iniciou sua fala fazendo memória da Giulia Grillo, defensora dos direitos humanos que faleceu um dia antes do evento, dia 21/12/21. Pe. Júlio lembrou que "Deus está no meio de nós e não acima de nós." Em seguida, lembrou ao ex-presidente que em São Paulo e no Brasil tem uma forte crise humanitária. "A população de rua cresce mais que o crescimento demográfico do Brasil. Estamos com um surto de gripe, além da pandemia que não acabou." Segundo ele, as pessoas em situação de rua não têm acesso à água potável e enfrentam a questão da fome: "Se você visse as filas que se faz nessa cidade por um prato de comida, por um marmitex, é impressionante," desabafa pe. Júlio.

Sebastião Nicomedes se lembrou das pessoas que estão nas ruas sem vez e sem voz que continuam nas calçadas e das mais de 600 pessoas que morreram pela pandemia. Segundo ele, a notícia da chegada da COVID19 para a rua foi um "extermínio da pobreza".

Andreza do Carmo e Jamaica, representando a Rede Rua e o trabalho da parceria com o Sindicato dos Bancários, falaram do trabalho desenvolvido com a população naquele espaço. Jamaica destacou o aumento da população de rua e reforçou importância do trabalho de distribuição de alimentos.

Para encerrar o momento da população de rua, foram convidados os três movimentos representados pelo Robson Mendonça, Darcy Costa e Edvaldo Gonçalves. Robson solicitou da Secretária Marta Suplicy que a prefeitura oferasse para a qualidade da comida que está sendo comprada para ser distribuída para as pessoas em situação de rua. "As vezes vem comida azeda, metade do peso e as vezes só arroz e feijão sem carne", declarou Robson. Segundo Darcy Costa, "a miséria tem sido estabelecida em nosso país, como uma manobra de dominação para que o povo fique comendo atrás de alimentação, de comida e dessa forma não se organize". Solicitou ao presidente que ao ganhar a eleição promova uma mudança na 'Assistência Social' para a população de rua. Sua proposta é que se acabe com o modelo "etapista" e que se promova a moradia como primeira oferta para quem está em situação de rua.

Edvaldo Gonçalves fez a entrega da carta do Forum da Cidade de Defesa da População de Rua para o Lula e a representante do Prefeito.

Logo em seguida, as catadoras Neli, de BH, Helena e Valquiria também fizeram suas falas para o Lula.

Neli Medeiros contou um pedaço de sua história sobre como conseguiram se juntar numa cooperativa. "A gente já tinha um espaço para fazer a reciclagem e não tem coisa melhor do que sentar na mesa com o empresário e negociar o preço do material", lembrou Neli. Valquiria Cândido da Silva falou dos/as catadores/as avulsos/as e afirmou que os/as catadores/as precisam ser respeitados. Finalizou sua fala com o grito: "Coleta seletiva sem catadores/as é lixo!"

Helena Acácia, catadora de Aranaquara/SP, trouxe seu depoimento de superação e que conseguiu sair do lixão e hoje tem um trabalho organizado em cooperativa na cidade. "Saí do lixão, criei os meus filhos e hoje somos 200 cooperados", afirmou Acácia.

Claudete Costa, representando a categoria dos/as catadores/as, Unicatadores – União Nacional de Catadores/as se lembrou que a história do Lula é muito semelhante às histórias dos catadores/as. "No seu governo nos deu dignidade", destacou Costa.

Ainda tivemos a fala do Alex Cardoso, Comissão Nacional dos Catadores/as, do Roberto Laureano Rocha que entregou uma placa de homenagem e se lembrou da memória do advogado Diogo Santana.

Antes da fala o Lula, Marta Suplicy, Fernando Haddad e Gleisi Hoffmann saudaram o Lula e todos os presentes. Para finalizar o encontro, Lula foi convidado a fazer uma fala. Destacou a importância de humanizar o povo brasileiro. "Precisamos tirar o ódio que está implantado neste país como se fosse um tumor maligno, a gente tem de extirpá-lo e colocar neste país alguém para cuidar, não para governar, cuidar do povo, das crianças, da educação, dos velhinhos, alguém que para cuidar das pessoas com dignidade", declarou Lula. Depois de ter falado da violência da polícia, da fome e recordar dos oito anos de governo que sempre estiver junto com os/as catadores/as e o povo da rua, falou de sua contribuição para que o povo andasse de cabeça erguida. "Andar de cabeça erguida não é uma coisa qualquer. Quem é pobre e nordestino sabe o que é andar com uma cangalha no pescoço e quando eles conseguem colocar a cangalha nunca mais a gente levanta o pescoço. E vocês aprenderam a andar de cabeça erguida", concluí Lula.

Figura 1 - Primeira edição publicada em 1991 e última edição publicada, em janeiro/fevereiro de 2022.

Fonte: Rede Rua

Voltado para as causas da rua, *O Trecheiro* foi, durante anos, distribuído no formato impresso nas ruas da cidade de São Paulo, em centros de assistência social e/ou atendimento ao grupo, instituições parceiras e órgãos governamentais. O periódico chegou a alcançar uma tiragem de 7 mil exemplares, advindo do apoio editorial na região. No entanto, sua distribuição não se dá por pessoas em situação de rua, antes da pandemia, voluntários carregavam as edições e entregavam ao redor da cidade, por exemplo.

Em 2020, com o início da pandemia decorrente da Covid-19, *O Trecheiro* passou a se organizar de outra maneira: por conta do isolamento social e das medidas restritivas, a impressão e distribuição presencial foi suspensa, e as edições do periódico foram adaptadas para o formato de mural. Com uma menor tiragem, *O Trecheiro* foi impresso e fixado nos centros de maior circulação de pessoas em situação de rua, ferramenta essencial para a veiculação desse periódico durante a pandemia.

Sabemos que as possibilidades do jornalismo on-line são múltiplas com modos inovadores de textualização ou hipertextos (NASCIMENTO, 2016), mas para atingir seu público

leitor, *O Trecheiro* precisou adotar outra dinâmica de circulação. Na ocasião da emergência sanitária pela pandemia, *O Trecheiro* que já estava estabelecido no site da Rede Rua para publicação das edições, também se ampliou na versão de *podcast*. Por mais que ele esteja disponível virtualmente, *O Trecheiro* não se configura como um periódico de jornalismo digital, pois sua preparação é integralmente direcionada para a rua. Enquanto veículos de comunicação digital possuem diversas particularidades, como hiperlinks, vídeos, áudios e animações, *O Trecheiro* é um produto multimodal de texto e fotografia, ou seja, feito para impressão.

Considerando que desde 2020 sua distribuição foi alterada, em razão do isolamento social, e os impressos que eram entregues mão a mão em pontos estratégicos passaram a ser disponibilizados somente em murais e em formato on-line, com as edições na íntegra virtualmente e a veiculação do podcast, *O Trecheiro* se reestruturou para continuar como um canal de informação e denúncia.

Nos meios digitais, a circulação de textos, matérias e notícias se dá de uma maneira diferente: uma mesma informação tem maior abrangência e alcance. Mas, para *O Trecheiro*, cujo público é a população em situação de rua, assim como a produção surge do diálogo com esse grupo, a centralização do meio de veiculação não foi integralmente benéfica, pois pessoas que acessariam os conteúdos na distribuição física podem não acessá-los nos modos virtual e mural.

4. Análise do Discurso Crítica como embasamento teórico

Para apresentar o aporte teórico-metodológico escolhido, de acordo com sua adequação ao tema de representação da situação de rua em textos jornalísticos, esta seção é dividida em dois momentos. O primeiro passo é voltado para retomar os conceitos de discurso, poder e ideologia em Análise de Discurso Crítica (ADC). Em segundo lugar, tratamos de afunilar nossos esforços interdisciplinares como pesquisadoras com vistas à abordagem decolonial da Análise de Discurso Crítica.

A ADC serve como embasamento teórico-metodológico nesta pesquisa qualitativa, pois subsidia um percurso de investigação voltado aos problemas sociais representados na linguagem, por meio do discurso. O caráter da ADC se pauta por um esforço transdisciplinar de aproximar a linguística de outras áreas, irrompendo barreiras de conhecimento impostas por restrições disciplinares.

Compreender a prática discursiva é o ponto central da ADC e, para tal, temos no conceito inicial de discurso o que Foucault (1969) definiu como uma série de regras que, historicamente, determinaram ideologias por meio da função enunciativa. Anos depois, Halliday (1994) propõe que a linguagem faz parte de um sistema sociocultural, em que seu uso está relacionado com contextos particulares. É na sua Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) que cada texto passa a ser visto como um produto multidimensional (imagem, hipertexto, hiperlink, etc) que constrói uma gama de significados.

A partir das concepções de linguagem e da influência da LSF, Fairclough sustenta que "o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Entender o discurso como prática impacta diretamente na forma como podemos compreender a práxis da sociedade, numa relação dialética em que as ordens sociais influenciam nas ordens do discurso e vice-versa.

Definindo o discurso e dele decorrendo de muitas formas, o (abuso de) poder é uma dimensão da estrutura social que se refere às posições que atores sociais ocupam. No dia a dia da sociedade contemporânea, o poder tem sido amplamente exercido por meios de comunicação, de maneira que sua força como hegemonia se estende para fora de instituições socialmente restritas. Por sabermos que problemáticas sociais são, até certo ponto, questões do discurso, (RESENDE & RAMALHO, 2011) traçamos nossa investigação para abranger como o poder nas relações sociais se reafirmam na linguagem. O conceito de poder nos é caro pois auxilia a visualizar como os discursos publicados por um jornal de rua podem questionar estratégias de dominação, que são decorrentes das lutas hegemônicas de distribuição do poder.

O poder no discurso é, em muitos casos, modulado por um senso coletivo da linguagem, como ocorre com jornais, revistas e podcasts. Diferentemente da comunicação interpessoal, em que os atores sociais envolvidos interagem para um público específico, restrito e particular, "o discurso midiático é produzido para uma audiência massiva" (FAIRCLOUGH, 1989, p. 49). Nos interessa para esta pesquisa observar o poder sob esse viés para, assim, sistematizarmos como os discursos veiculados pelo periódico escolhido podem, até certo ponto, manter, questionar, reestruturar ou transformar ordens sociais.

No que se refere ao poder, a ADC trata-o como uma estrutura de permanência parcial e temporária, um dos pilares que sustentam as disputas hegemônicas. Ainda que constitua um

‘equilíbrio instável’, o poder constrói(-se em) práticas discursivas capazes de reificar ou naturalizar desigualdades. Segundo Resende e Ramalho:

> Há distintas maneiras de se instaurar e manter a hegemonia, dentre elas, a luta hegemônica travada no/pelo discurso. Quando essas perspectivas favorecem algumas poucas pessoas em detrimento de outras, temos representações ideológicas, voltadas para a distribuição desigual de poder baseada no consenso. A luta hegemônica travada no/pelo discurso é uma das maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. Quando o abuso de poder é instaurado e mantido por meio de significados discursivos, está em jogo a ideologia. (2011, p. 24)

Nas nuanças que as estruturas sociais engendram, o significado de ideologia corresponde a um conjunto de fatores que constituem relações de subordinação e desigualdade (PEIXOTO; ALENCAR; FERREIRA, 2018). Entre a prática, a estrutura e o evento, os movimentos de articulação que produzem, reafirmam e transformam os discursos são nada menos que as lutas hegemônicas antes referidas, e assim dão lugar à ideologia.

Ideologias vinculam-se às esferas representacional, acional e identificacional do discurso. E por isso, a sua natureza de eficácia estratégica é maior quanto menos os sentidos são percebidos como ideológicos (FAIRCLOUGH, 1989, 2001). O conceito de ideologia é relacionado ao de hegemonia, por isso que, “no contexto de ampliação dos meios de comunicação de massa, a partir das novas tecnologias, aumentam as possibilidades de dominação por meio da formação do consenso unificado e, consequentemente, as condições de subalternidade” (SCHLESENER, 2016, p.14). O que entendemos como ideologia aqui é essencialmente um conceito negativo que está a favor de arranjos de dominação e exploração.

Partindo desta consideração de que, os meios de comunicação são propulsores ideológicos, sejam eles digitais ou físicos, nossa investigação se pauta em mapear os efeitos de poder e ideologia por meio do discurso. Do poder, questionamos como a sua manipulação nas estruturas sociais está permeada na linguagem, mesmo que o escopo discursivo esteja voltado a um grupo vulnerabilizado, que é alvo do abuso e não detentor do poder. Da ideologia, adotamos este conceito para o estudo analítico pois o jogo hegemônico faz parte da atividade discursiva e podemos buscar compreender práticas ideológicas através da representação de atores sociais. Ao

final, para alcançarmos um panorama da representação discursiva da situação de rua, assumimos uma postura que prioriza a análise interpretativa dos dados, não só restrita aos números.

Pesquisas qualitativas, como é o caso do nosso trabalho, em que o texto é a principal ferramenta de análise, se orientam por uma gama de práticas interpretativas que abrem margem para aspectos do mundo passíveis de problematização. O processo de tomada de decisões nesse tipo de pesquisa envolve três esferas: ontologia, epistemologia e metodologia (RESENDE; RAMALHO, 2011). Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 32-33), o aspecto ontológico está relacionado ao mundo como um conjunto de ideias; o viés epistemológico segue como um especificador do esquema de teoria; e a metodologia se volta para o desenho de questões da pesquisa.

O *status* ontológico/teórico não se resume à mera descrição da realidade, ele implica à pesquisadora assumir uma posição ativa na leitura, compreensão e construção do mundo, ao defini-lo de acordo com os pressupostos que a guiam. Esse ponto de partida determina quais critérios epistemológicos e metodológicos serão aplicados em relação à postura teórica adotada.

Em razão da Análise do Discurso Crítica ser um aporte teórico que favorece a investigação de práticas textualmente representadas, o estudo de problemáticas sociais avançam no mapeamento de seus microprocessos, para além de considerações amplas e/ou gerais. Resende e Ramalho (2011, p. 36) contextualizam esses aspectos multifacetados à vista de que a "ADC é 'crítica' porque sua abordagem é relacional/ dialética, orientada para a compreensão dos modos como o momento discursivo trabalha na prática social, especificamente no que se refere a seus efeitos em lutas hegemônicas."

Num mundo atravessado por colonialidade e patriarcado, o saber científico latino-americano se torna uma emergência em nossas agendas. Ao darmos esse giro decolonial, que parte de um esforço coletivo e não pode ser uma ação restrita ao momento, erguemos uma coluna que "para além da resistência, constrói-se uma reexistência, as lutas constituídas promovem a fala e a escuta, mesmo em um sistema desenhado para o seu apagamento" (ACOSTA, 2019, p. 153).

Quando tratamos dos estudos críticos do discurso, a base teórica se volta ao conhecimento europeu e norteamericano, de maneira que os saberes são, (in)diretamente, reproduzidos por uma cadeia de experiências que cada pessoa, antes de ser pesquisador, carrega. Isto porque as

estruturas sociais desenham práticas que se relacionam às ordens discursivas, num processo de semiose em que, a linguagem é fruto e a gênese dessas realizações.

5. O *software* NVivo para a pesquisa qualitativa

Nesta seção, discutiremos os aspectos metodológicos de coleta, organização, codificação e tratamento dos dados desta pesquisa, textos do jornal *O Trecheiro* publicados entre 2020 e 2022. De teor qualitativo, a pesquisa em tela foi apoiada no uso do *software* NVivo 11 Pro , descrito nesta seção. Apresentaremos como o material discursivo foi ordenado na plataforma, de maneira a proporcionar o estudo com categorias analíticas dos estudos críticos do discurso.

Para esmiuçarmos os discursos imbricados nos textos publicados no jornal *O Trecheiro*, que tematiza prioritariamente a situação de rua, temos de assumir que:

> o trabalho de análise exige que os textos sejam considerados em termos de seus efeitos – orientados para legitimação/ manutenção ou para contestação/ mudança – nas relações assimétricas de poder, nas práticas de exploração e dominação, nas estruturas de desigualdade e de exclusão (ALVES, 2022, p. 157).

Segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa se molda diante da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, trabalhos qualitativos têm viés "indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números". Proporcionam, assim, que a análise discursiva se oriente por seu princípio fundador, entre prática e sociedade e, por isso, é potencialmente frutífera para que problemas sociais representados na linguagem sejam analisados, pois este paradigma de pesquisa não se limita às generalizações. Isto é, a escolha pela abordagem qualitativa nesta pesquisa envolve nossa observação sistemática como pesquisadoras de que os textos demandam a atribuição de significado e a interpretação de discursos.

Para investigarmos a representação da situação de rua em textos publicados pelo *O Trecheiro*, utilizamos o *software* NVivo 11 Pro, que já foi ferramenta de análise em nossas pesquisas anteriores sobre o tema. Por favorecer a abordagem qualitativa dos dados, este *software* foi o suporte para a sistematização do *corpus* composto por 20 edições, considerando que:

> O NVivo® consiste numa ferramenta que auxilia o pesquisador (sic.) nas várias etapas da pesquisa qualitativa: organização da fundamentação teórica; definição e procedimentos da amostragem inicial; definição e organização das categorias e subcategorias analíticas; organização dos dados coletados em múltiplas fontes; análise dos dados; desenvolvimento teórico e apresentação dos resultados; potencialização e intensificação do alcance e profundidade das pesquisas; permissão de maior exploração da complexidade dos dados; na validação dos resultados das pesquisas, gerando confiabilidade. (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016, p. 581)

O *software* NVivo foi útil para a abordagem qualitativa dos dados nesta pesquisa, que se orienta pelos aspectos teóricos-metodológicos da Análise de Discurso Crítica. O panorama qualitativo do *corpus* se faz necessário ao buscarmos acessar as representações discursivas sobre a população em situação de rua, por exemplo.

Com todo seu acervo disponível no site da Rede Rua[2], organização que publica *O Trecheiro* , pudemos acessar os arquivos em formato PDF gratuitamente. Sistematizamos 22 edições do jornal *O Trecheiro* no *software*, ordenadas por seu ano de publicação, ou seja, de 2020 a 2022. Em cada pasta anual, foram exportadas as edições completas disponibilizadas no acervo digital da Rede Rua: 13 edições no ano de 2020; 7 edições em 2021; e, até o mês de agosto, duas edições em 2022. As edições vão do número 254 ao 275.

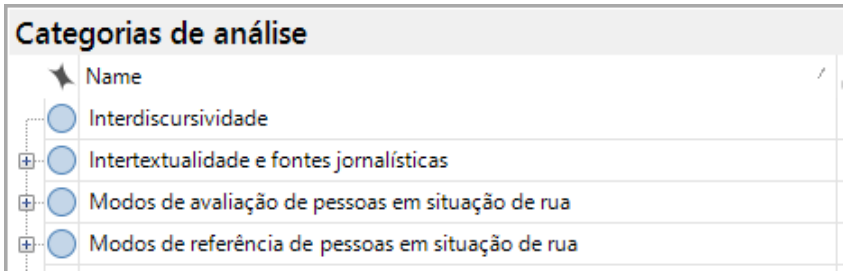
Anteriormente ao trabalho de codificação, partimos da leitura inicial de todas as edições coletadas para o estudo, o que gerou a primeira análise temática. Das 22 edições veiculadas pelo periódico, apenas uma não tem textos que cruzam a temática da situação de rua com o contexto da pandemia da Covid-19. Por isso, a edição de número 261 não foi incluída nas etapas seguintes, de codificação e tratamento dos dados, por não tratar as temáticas definidas como critério de composição de *corpus*.

Com base em Fairclough (2001, 2003) e van Leeuwen (2008), definimos as quatro primeiras categorias de análise para codificação dos dados: interdiscursividade; intertextualidade e fontes jornalísticas; modos de avaliação de pessoas em situação de rua e modos de referência a pessoas em situação de rua, como ilustra a Figura 1 a seguir.

---

[2] Disponível em: https://rederua.org.br/o-trecheiro-acervo/. Acesso em 15 de agosto de 2022.

Figura 1 - Categorias de análise



Fonte: Captura de tela no *software* NVivo

Portanto, no *software* NVivo, realizamos um trabalho de criação de nós (nomenclatura do NVivo para categorias de análise) pré-determinados de acordo com as categorias analíticas selecionadas em enquadres da ADC. Os subnós para condução analítica desses nós na plataforma foram codificados indutivamente, seguindo aquilo que estava na superfície dos textos. Por esta pesquisa ser qualitativa, ela naturalmente tende ao método indutivo para a geração de dados.

A interdiscursividade é definida por Fairclough (2016, p. 158) como "uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordem do discurso." A partir deste conceito, buscamos na análise interdiscursiva mapear e identificar como os discursos são articulados em *O Trecheiro*, considerando que diferentes textos podem reproduzir um mesmo discurso. O hibridismo de gêneros num mesmo suporte nos guiou para construir esta categoria analítica.

Seguindo este raciocínio, temos que "o jornal, tradicional ou alternativo, é na verdade um suporte para vários textos que são estruturados sobre diversos gêneros" (ACOSTA, 2012, p. 93), partimos de uma análise estrutural do *corpora* da pesquisa. Os gêneros materializados em *O Trecheiro* servem a uma prática/ação/representação social em particular (Chouliaraki & Fairclough, 1999).

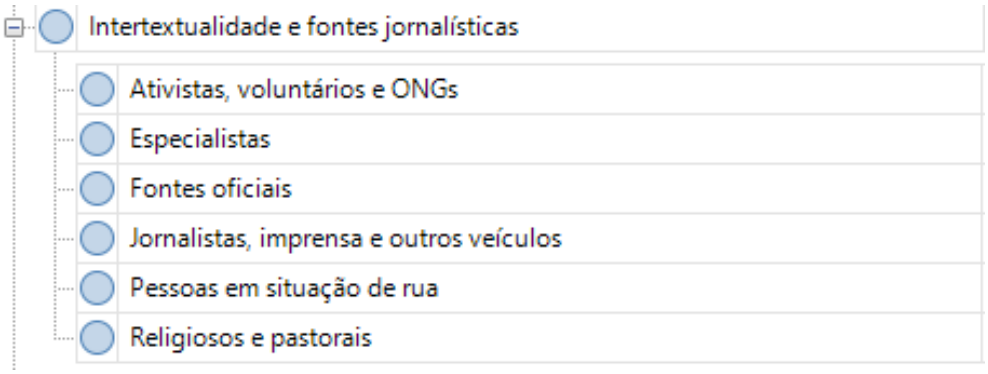
Com o decorrer da leitura, o mapeamento estrutural foi sendo construído em um documento à parte, dispondo das seguintes informações: ano de publicação, volume (número da edição), capa, manchete do texto, seção e assinatura (se houver). No NVivo, ainda definimos os *nós* de gênero textual, temática e tipologia textual. O resultado desta sistematização pode ser visualizada na seção de macroanálise com mais detalhes.

Diferentemente da categoria do processo de análise estrutural, que foi mapeado à parte e precede o trabalho no NVivo, as outras categorias analíticas se deram no *software* de pesquisa. O conceito de intertextualidade se refere à como os textos podem ser recheados de fragmentos de outros, de maneira direta ou indireta (Fairclough, 2001 e 2016). O que esta categoria analítica propicia é a identificação de quais vozes são convocadas ou não em contextos particulares. Assim, o recurso da intertextualidade é potencialmente produtivo como categoria de análise para sabermos quem são os atores e grupos sociais cujas vozes são articuladas nos textos e quais posicionamentos tomam.

Na categoria de intertextualidade, também incluímos as fontes jornalísticas, sendo estas as vozes a que *O Trecheiro* recorre para legitimar, consultar ou verificar determinado assunto. Jornalistas consultam fontes para relatar ou reforçar fatos, em busca dos fatos que noticiam, comentam ou reportam (MENDONÇA, 2020). Para mapear as vozes convocadas pelo periódico, subcategorizamos a categoria analítica de intertextualidade em: discursos diretos (DD), que são citados nos textos de forma, supostamente, original com aspas ou travessões; discursos indiretos (DI), em que as falas não são reproduzidas na íntegra, mas sim apresentadas pelo agente noticioso; e, por último, o relato narrativo de ato de fala (RNAF) que "funciona como encapsulador ou sumarizador de um ato de fala original, sem apresentar o seu conteúdo propriamente dito" (PEIXOTO, 2018, p. 90).

A partir do *nó* analítico de intertextualidade e fontes jornalísticas, que foi definido *a priori*, constatamos indutivamente a presença das seguintes vozes: ativistas, voluntários e ONGs; especialistas; jornalistas, imprensa e outros veículos; fontes oficiais; pessoas em situação de rua; religiosos e pastorais.

Figura 2 - *Nós* de intertextualidade e fontes jornalísticas com os respectivos *subnós*

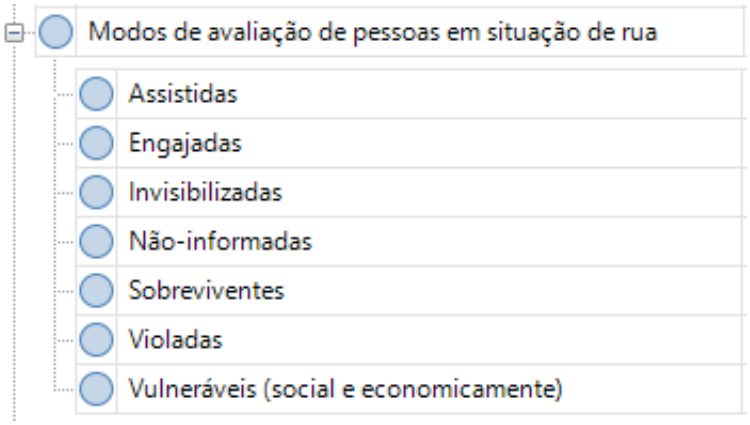


Fonte: Captura de tela no *software* NVivo

A partir da codificação dos dados nesta categoria analítica, podemos visualizar quais atores sociais são mais ou menos convocados para falar, por exemplo.

A terceira categoria analítica definida com base na ADC é a de avaliação de atores sociais. Por estar no campo identificacional, a avaliação se traduz na forma como as vozes envolvidas opinam sobre o mundo, de maneira mais ou menos explícita, como aquilo que consideram bom ou ruim, por exemplo (FAIRCLOUGH, 2003). Na seção de análise, retomamos os valores direcionados nas avaliações de pessoas em situação de rua, que por serem subjetivas e parciais, assumem um posicionamento ideológico.

Figura 3: *Nós* de modos de avaliação e os seus respectivos *subnós*



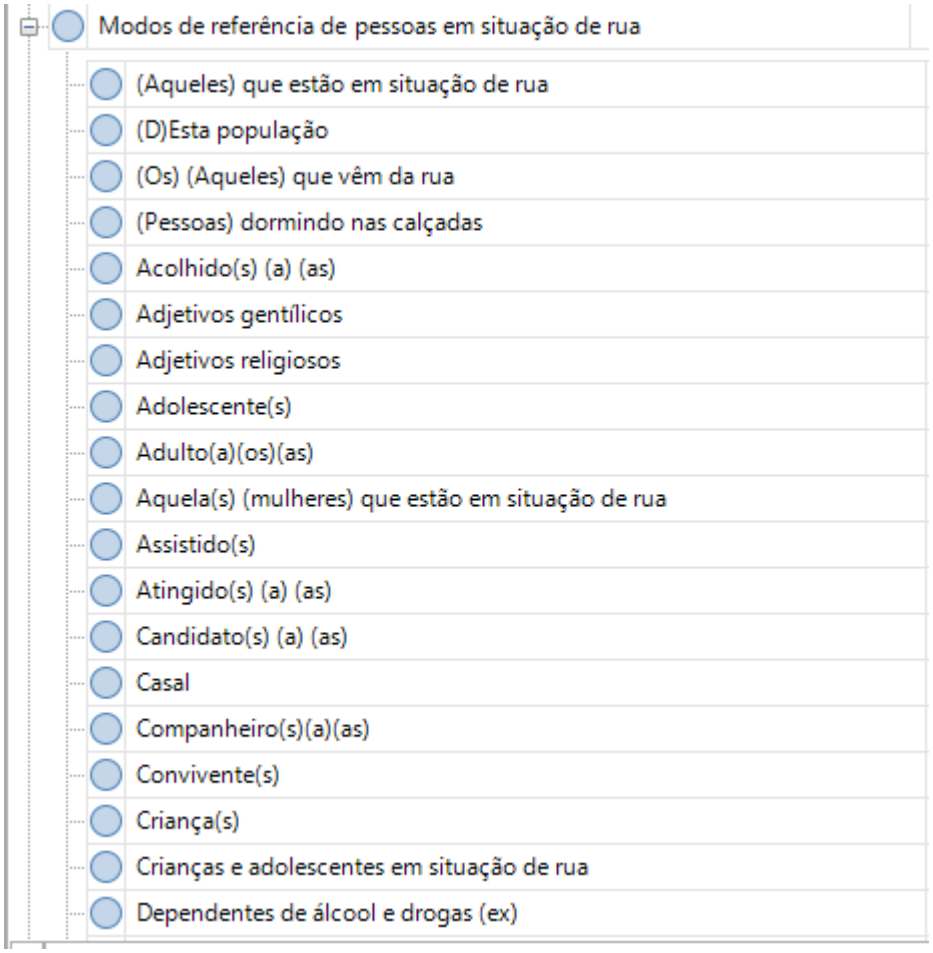
Fonte: Captura de tela no *software* NVivo

Avaliações são úteis para identificarmos os significados que um grupo social em vulnerabilidade carrega para o mundo. Por meio dessa categoria, observamos avaliações afirmativas ou negativas ao grupo, que constantemente produzem efeitos nas práticas sociais de expurgo e naturalização da situação de rua. Consideramos tanto as avaliações inscritas quanto as evocadas.

E, por último, a macroanálise também considerou o *nó* de modos de referência de pessoas em situação de rua, que reuniu 104 diferentes modos. Os modos de referências foram integralmente construídos de forma indutiva, pois sua codificação se deu na literalidade dos

textos, isto é: se numa matéria estão termos como “pessoa de calçada” ou “idoso de rua”, eles foram codificados.

Figura 4: *Nó* de modos de referência de pessoas em situação de rua e seus respectivos *subnós*



Fonte: Captura de tela no *software* NVivo

Em que pese a multiplicidade de palavras para se referir a pessoas em situação de rua, esta categoria pode indicar minuciosamente os termos empregados, até mesmo aqueles que naturalizam a situação de transitória para permanente nas mais variadas ocorrências de “moradores de rua”, “moradores de calçada” e outros.

6. Macroanálise

A última seção deste trabalho apresenta resultados iniciais da pesquisa qualitativa sobre o jornal de rua *O Trecheiro*, em que os dados obtidos foram codificados e cruzados no *software* NVivo 11. Para isso, guiamos nossa investigação por duas perguntas iniciais: 1) Como *O Trecheiro* se organiza em termos de estrutura?; e 2) Quais são as vozes convocadas para falar sobre a população em situação de rua nos textos?

Após a coleta das edições do periódico do período de 2020 a 2022, a estrutura genérica e de suporte foi a primeira a ser esmiuçada. Considerando que há um hibridismo de gêneros e estilos nos meios de comunicação, organizamos as edições coletadas de *O Trecheiro* da seguinte forma: ano, volume, capa, texto, seção e autoria. Esta análise considerou somente textos que cruzam a temática da situação de rua com a da pandemia da Covid-19, mencionando ou não as palavras-chaves "pandemia", "covid" ou "vírus".

Ao mapearmos, em um documento específico, quais textos foram resultados desse cruzamento, facilitamos nossa visualização e acesso ao *corpus* da pesquisa. Como os textos foram capturados em PDF, não havia possibilidade de extrair texto por texto de cada edição completa, e descartar aqueles que não seriam utilizados, então optamos por catalogar os textos de todas as 20 edições, compondo aí o *corpus* tematicamente homogêneo. Isto é, desde a edição 254 até a 275, iniciamos pela leitura integral e, depois, identificamos quais textos reuniam tanto a temática da pandemia quanto da situação de rua. Nesse processo foi excluída uma edição,a única que não tematiza a pandemia ao tratar a situação de rua.

Para ilustrar como a análise estrutural foi organizada, mostro o exemplo a seguir, da primeira edição incluída na coleta:

Quadro 1 - Exemplo de análise estrutural da edição 254

Ano	**Volume**	**Capa**	**Texto**	**Seção**	**Autoria**
2020	nº 254/junho		"O modo como velamos nossos mortos revela a reverência que temos pelos vivos"	Capa	Equipe editorial
			"O Trecheiro em tempos de	Editorial	Equipe editorial

			pandemia”		
			“População em situação de rua espera vagas de hotéis para fazer isolamento”	De Olho no Poder Público	Karla Maria
			“Salvador: Gente que mora na Igreja!”	Rua Brasil	Arlindo Pereira
			“Janelas de abertas para a vida”	Casa de Simeão	Gi Santana
			“População em situação de rua já tem refeição gratuita no Bom Prato”	Trecheirinha	-
			“Emissão gratuita de certidões de nascimento para Pop Rua”	Trecheirinha	-
			“Sindicato dos Metalúrgicos cria espaço de higiene para Pop Rua”	Trecheirinha	-
			“Camping é alternativa para quem mora na calçada”	De Olho no Poder Público	Cláudia Pereira

Fonte: Elaboração nossa.

As colunas de ano e volume fazem parte de uma codificação de classificação, isto é, elas foram preenchidas de acordo com as informações mais gerais das edições. Avançando nas colunas, temos uma de suma importância: as capas. Acosta (2012) defende que os conteúdos das

capas sintetizam aquilo que há de mais chamativo na edição, e este espaço é feito para, previamente, prender a atenção da leitora:

> As capas de periódicos impressos constituem o primeiro espaço de acesso à informação semiótica que veiculam. Para além de apresentar as matérias que serão desenvolvidas no corpo do texto, servem para construir a identidade comunicacional do jornal ou revista, reforçando a ação discursiva inicial do nome. As capas têm um duplo objetivo: síntese e apelo. (ACOSTA, 2012, p.152)

No caso de *O Trecheiro*, as capas servem a um contexto específico, pois esse periódico não é comercializado e sua produção não é feita para fins lucrativos. Suas capas são preparadas para o público da população em situação de rua, assim como ativistas, voluntários, pastorais, religiosos e outros atores envolvidos na causa da rua. Com o início da pandemia da Covid-19, o trabalho desse jornal, antes de periodicidade quinzenal, foi reajustado e a primeira edição veiculada apareceu três meses depois. Em junho de 2020, a edição de número 254 veio como um decreto de denúncia, e na sua capa, a tarja "Juntos pela democracia", em preto e amarelo, foi fixada definitivamente.

O *slogan* "Juntos pela democracia" já havia sido usado por *O Trecheiro* em edições anteriores ao período pandêmico. No entanto, diante da gravidade da desassistência social provocada no contexto de crise no Brasil, a frase nas capas tornou-se recorrente. Até a edição 275, a última publicada em 2022 na data da elaboração deste trabalho, o "Juntos pela democracia" continua sendo marcado na capa.

Segundo a equipe editorial, no texto de capa da 254, essa tarja será veiculada "até que todos os desmandos que temos vivido sejam punidos de forma exemplar e que nenhum brasileiro se sinta no direito de vilipendiar o que é estabelecido pela Constituição" (2020). O indício dessa tarja cria uma esfera de identificação e singularidade em todo o periódico.

As manchetes das notícias também cumprem seu papel. Frequentemente, nos meios de comunicação impressos, o público geralmente não avança além das manchetes (VAN DIJK, 1993) e, por isso, elas são carregadas com o maior teor de informação possível, de maneira estratégica para captar o público. Em oposição às mídias tradicionais, pautadas por vendas de exemplares, ou às digitais, pautadas por *clicks* e visualizações, operacionalizando esforços pelo sistema capitalista, o periódico *O Trecheiro* se molda pela missão de denúncia e é voltado para a

população em situação de rua, tratando assunto de seu interesse. Também nesse caso as manchetes são importante síntese chamariz para a leitura.

As manchetes, tanto as de capa quanto as dos textos, primam por clareza e concisão, já que é "a parte mais conspícua de uma notícia" (VAN DIJK, 1991, p. 50). Temos, por exemplo, na manchete de capa da edição 254 ("O modo como velamos nossos mortos revela a reverência que temos pelos vivos"), o uso de recursos comparativos para abrir a edição. O paralelo que a manchete faz entre a pandemia e a situação de vulnerabilidade social da rua tem efeito marcante de alto impacto na leitora. Por se tratar de um jornal de rua, *O Trecheiro* constrói o seu significado como suporte baseado na identidade de transformação social.

No Quadro 1, a coluna de "seção" foi alimentada de acordo com a designação dada pelo próprio periódico. Enquanto jornais tradicionais têm editorias específicas e fechadas, que correspondem ao caderno onde a matéria/notícia é publicada, *O Trecheiro* se organiza com maior liberdade. Em nossa análise estrutural, observamos que as seções de capa e editorial são obrigatórias, enquanto outras, como "De Olho no Poder Público", "Direitos Humanos" e "Rua Brasil" aparecem sem um padrão de recorrência observável.

Entre as edições de 2020 a 2022, algumas seções foram produzidas uma única vez, como é o caso de "Prêmio", "O mundo nas ruas", "Nordeste", e outras. Isso indica uma flutuação editorial, e que a seleção de pautas feita por *O Trecheiro* se volta concretamente à situação de rua, sendo possível a criação de editorias desde que os textos sejam pertinentes. Já a seção "Trecheirinhas" e "A rua na mídia" também são bastante recorrentes e reúnem as chamadas e resumos de textos de outros jornais que tratam da situação de rua.

Também codificamos as assinaturas, pois nos interessava saber se os textos eram assinados ou não nas diversas editorias, e em sendo quem os assinava. Em razão de *O Trecheiro* ser um jornal de rua pautando a situação de rua, mas não produzido por pessoas em situação de rua especificamente, os textos são majoritariamente assinados por jornalistas voluntárias ou pela equipe editorial. Textos da seção "Trecheirinhas" não costumam ser assinados, pois é um tipo texto suscinto, no formato de nota, sobre a temática da rua, em que as matérias e notícias são de outros jornais e neles não é feita referência direta ao original. Num panorama geral, a análise estrutural revela que *O Trecheiro* publica, na maioria das vezes, textos assinados, um indício de relevância atribuída (RESENDE; GOMES, 2018) e de responsabilização jornalística quanto à pauta veiculada.

Para compor a análise estrutural, ainda segmentamos mais três *nós*, que foram codificados, preenchidos e cruzados no *software* de pesquisa NVivo, sendo eles: gênero discursivo, temática e pré-gênero. Retomamos o conceito clássico de Bakhtin (1997, p. 279), de que "cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados", para definir gêneros do discurso. Os gêneros estão, assim, intrinsecamente voltados ao campo acional do discurso, por isso:

> "a escolha do gênero configura-se, pois, como uma decisão estratégica por parte do agente produtor, que envolve uma confrontação entre os valores por ele atribuídos aos parâmetros da situação (mundos físico e sociosubjetivo) e os usos atribuídos aos gêneros do intertexto" (RUIZ; FARIA; p. 101, 2012).

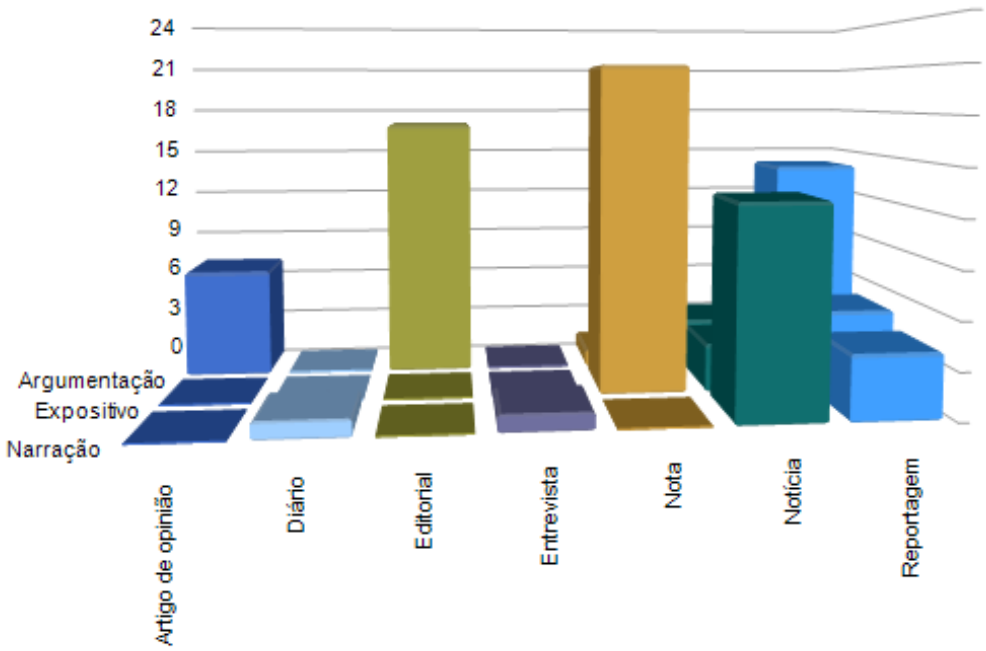
O hibridismo de gêneros que compõem *O Trecheiro*, a que veremos em seguida, faz parte da estratégia de suporte do periódico. Como uma ferramenta de transformação social por meio da prática discursiva, o jornal de rua organiza cada uma de suas edições para abarcar variadas formas de representar pautas da rua. Os gêneros presentes em nosso *corpus* são os seguintes: artigo de opinião; diário; editorial; entrevista; nota; notícia e reportagem. Enquanto Bakhtin define que os gêneros são "tipos relativamente estáveis de enunciados" (BAKHTIN, 1997, p.279), no jornalismo, há aqueles que não os são. Por estáveis, temos o conteúdo e a estrutura de determinados gêneros seguindo uma configuração própria, como é o caso de notícias e reportagens que estarão mais à frente apresentadas. Mas, na esfera jornalística, temos gêneros, como é o caso do diário, que se adequam de maneira orgânica quanto à atividade humana (BAKHTIN, 1986).

Os gêneros discursivos mais recorrentes nos textos codificados foram os de reportagem, notícia e nota, respectivamente. Para compreender como esses gêneros operacionalizam discursos, temos também outras duas classificações essenciais. Por pré-gênero, temos uma noção que se refere a como os textos materializam, de acordo com sua estruturação, escolhas lexicais, tempos e modos verbais, assim como uma sequência de elementos linguísticos que definem seu fazer discursivo mais amplo. Santos (2012) caracteriza argumentação como aquele que objetiva defender um ponto de vista ou opinião; narração por ser o relato de um acontecimento, seguindo uma sequência temporal; e exposição como o pré-gênero que discute, informa ou expõe um tema.

São esses três pré-gêneros, que estão no nível alto de abstração (FAIRCLOUGH, 2003), mapeados no textos de *O Trecheiro*.

Entre as 21 edições de *O Trecheiro* analisadas, flutuamos entre os pré-gêneros de argumentação, narração e exposição, em que: as reportagens, os editoriais e os artigos de opinião são, na maioria das vezes, argumentativos; fato similar com as notícias e o pré-gênero narrativo; e com as notas dominando o pré-gênero expositivo. Esse quadro nos revelou uma padronização discursiva no periódico, considerando que, para cada gênero, há um pré-gênero textual dominante. Ao cruzarmos no *software* os *nós* de pré-gênero e gênero, notamos o seguinte resultado:

Figura 5 - Cruzamento de pré-gênero e gênero textual



Captura de tela do NVivo (opção de gráfico)

Reportagens são aquelas que transitam entre o pré-gênero argumentativo e narrativo, pois abordam pautas levantadas pela população em situação de rua, veiculando suas vozes como fontes na composição dos textos. Ao cruzarmos essa categoria analítica com a de temáticas específicas, chegamos a um resultado diversificado, mas que acentuou a grande recorrência de reportagens sobre ações voluntárias (como distribuição de comida e oferecimento de espaços de apoio durante a pandemia), abrigamento e denúncias sobre a violação dos direitos da PSR, no que

se refere à não execução das políticas públicas e também à negligência do Estado, como quando se fala em mortes decorrentes do frio. Em menor quantidade, estão as reportagens que se voltam para políticas públicas, o que no caso do periódico não nos parece como uma invisibilização do tema, mas sim de que as investidas estatais foram escassas.

As notícias são prioritariamente narrativas, em razão do próprio gênero, também tematizam na maioria das vezes ações voluntárias, como de pastorais e ONGs. Notícias sobre políticas públicas, por mais que estas sejam citadas ou referenciadas, não são o escopo principal. *O Trecheiro* organiza cada uma de suas edições para conter esses dois gêneros, notícia e reportagem, de tal forma que haja uma rede de comunicação entre os textos, não só quanto à coerência, mas ao conteúdo. Assim como Fairclough (2003) apresenta que textos particulares podem ser inovadores quanto aos gêneros discursivos, o jornal de rua analisado assume uma postura de transitoriedade entre seus discursos, de forma complexa e criativa.

Parte de uma estrutura padrão de *O Trecheiro*, a seção de Editorial está em 16 das 21 edições do *corpus*, se caracterizando como um gênero de "teor persuasivo e de responsabilidade do corpo editorial, por conter a opinião do jornal sobre determinado assunto" (BALSALOBRE, 2010, p. 55). Os editoriais abrem os apelos do *street paper* e, a partir do nosso cruzamento entre gênero discursivo e temática específica, pudemos confirmar isso: 15 editoriais apresentam denúncias e protestos e apenas um reporta uma narrativa histórica. O que visualizamos em *O Trecheiro* é que sua estrutura genérica materializa as pautas da rua dialogicamente, a exemplo: se a edição traz o texto de capa *in memoriam* sobre o Massacre da Sé, que vitimou pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, o editorial, as notícias e reportagens seguintes também se cruzam com a temática, veiculando desde os atos públicos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) até a omissão frequente do Estado em garantir os direitos do grupo.

Caminhando para o final de cada edição e de maneira mais breve, por ser um dos pré-gêneros informativos, as notas referem-se em grande parte à seção de *Trecheirinhas*. Nesta seção do periódico, codificamos excertos breves de textos que se direcionam para pessoas em situação de rua sobre temas de, por exemplo, retirada da documentação básica, funcionamento de abrigos e espaços de apoio, Projetos de Lei.

Em menor frequência, *O Trecheiro* veicula artigos de opinião, que como esperado têm pré-gênero argumentativo e abarcam pautas da América Latina, sobre a fome e de violação de direitos, por exemplo. O artigo de opinião pode ser traduzido como o gênero que "busca

convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes." (BAKHTIN, 1997, p. 226). O potencial ideológico de artigos de opinião ultrapassam a esfera representacional do discurso, isto porque envolvem o agente produtor do conteúdo, que não necessariamente está atrelado à luta da população em situação de rua, ou melhor, não ao escopo de *O Trecheiro* de forma sistemática.

Como estão distribuídos de maneira espaçada no periódico de rua, podemos sugerir que, os artigos de opinião, assinados e escritos por atores sociais externos ao grupo voluntário que mantém *O Trecheiro,* são uns dos recursos menos recorridos para legitimar a pauta. A preferência do jornal se dá pelos textos de reportagem, em que há espaço discursivo voltado para a população em situação de rua; de notícias para narrar quais foram/são os fatos que envolvem a PSR; e os editoriais que representam a voz do jornal.

Ainda nos interessou saber quais atores ou grupos sociais têm espaço de fala sobre a situação de rua nos textos de *O Trecheiro* e quais fontes são convocadas pelo jornal. Isso porque as ausências e presenças discursivas nos dizem muito sobre o posicionamento do veículo a respeito das questões tratadas. Para isso, a categoria de intertextualidade retornou, indutivamente, a codificação das seguintes vozes trazidas aos textos e suas ocorrências:

Quadro 2 - Intertextualidade e fontes jornalísticas

Intertextualidade e fontes jornalísticas	
Ativistas, voluntários e ONGs	44
Especialistas	15
Jornalistas, imprensa e outros veículos	5
Pessoas em situação de rua	53
Religiosos e pastorais	29
Fontes oficiais	18

Fonte: Elaboração nossa.

Os textos do *corpus* compilam citações diretas e indiretas, em que há majoritariamente vozes de pessoas em situação de rua. O fato de o espaço discursivo do periódico de rua ser ocupado pelo grupo indica ação discursiva bem diferente dos veículos tradicionais investigados em outros projetos de pesquisa anteriores. Enquanto nesses meios de comunicação, as vozes de pessoas em situação de rua são convocadas expressivamente menos, mesmo quando a pauta é situação de rua (MENDONÇA, 2020; RAMALHO, 2020), *O Trecheiro* faz o movimento de legitimar as vozes do grupo e trazê-las para o protagonismo que lhe é devido sobre o tema.

Ramalho e Resende (2011, p. 133) destacam que "em textos específicos, a ausência, a presença, assim como a natureza da articulação desses outros textos, que constituem vozes particulares, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas" . Como podemos observar no quadro 2, a articulação de falas de pessoas em situação de rua no jornal é a de maior codificação, em 53 vezes, enquanto os discursos de fontes oficiais, compostas por vozes da lei, do Governo e polícias, são a de menor número, apenas 18 vezes em todos os textos analisados.

Vozes de pessoas em situação de rua são expressivas nos textos que cruzam as temáticas da população em situação de rua e da covid-19. Em textos que tratam, por exemplo, das medidas emergenciais para o grupo no início do período pandêmico, recorrer aos discursos de pessoas em situação de rua pode ser visto como o maior movimento de denúncia da calamidade pública que se intensificou no Brasil. Isto porque é a população em situação de rua que detém legitimidade para falar de si e de suas experiências, inclusive para narrar como a covid-19 a afetou.

Assim que as medidas de isolamento social se iniciaram, igrejas e ONGs se articularam para oferecer, provisoriamente, espaços para pessoas em situação de rua cumprirem as medidas de restrição ou terem acesso a outros itens básicos, como higiene e comida. Em textos que apresentam essas ações públicas, falas de pessoas em situação mesclam sua experiência com o teor de denúncia, reforçando que a rua não é lugar para viver.

A partir da categoria de intertextualidade, os temas da pandemia e da situação de rua são relacionados também ao da violação de direitos. Na edição 254, primeira veiculada depois do início da covid-19, falas de pessoas em situação de rua estão na maioria dos textos, como no seguinte excerto: *"No começo dessa pandemia os moradores de rua sofreram muito porque proibiram de dar alimentação a eles. Hoje tem comida. Fizeram tendas... Ouvi falar de uns*

hotéis, mas nenhum camarada meu conseguiu não, contou o baiano Agnaldo Conceição Oliveira, 52 anos."

O texto em questão aborda a espera da população em situação de rua por vagas de hotéis para cumprir o isolamento. O homem em situação de rua convocado para se expressar sobre a problemática utiliza verbo de processo mental, "sofrer", que é emotivo e denota afetividade (GARCIA, 2004). Em textos, processos de transitividade mental prospectam a categoria de representação de atores sociais, que apesar de não ser o escopo principal neste trabalho, pode apoiar a análise de intertextualidade. Resende e Ramalho (2011, p. 140) explicam que com as escolhas particulares de processos mentais "podemos investigar as maneiras como o/a locutor/a representa aspectos do mundo". O que analisamos na fala do homem, um discurso direto, é a seleção de um processo mental para, assim, representar emoção.

Agnaldo Oliveira não se autoavalia ou referencia, ele fala da população em situação de rua de um modo geral, são "os moradores que sofreram" e não 'eu sofri'. Em jogos hegemônicos, as identidades de pessoas em situação de rua também são alvo de violações estratégicas de invisibilidade, para além das materiais. Em situações traumáticas como esta, estratégias de afastamento da própria experiência já foram observadas em pesquisas sobre a situação de rua (RESENDE, 2008). No trecho anterior, o homem reporta a situação que se vive e tem legitimidade para falar sobre ela, mas opta por não usar a primeira pessoa, por exemplo.

Vozes de pessoas em situação de rua são convocadas nos textos, na maioria das vezes, como acima, em discursos diretos a partir dos sinalizadores de fala como aspas ou travessão. Relatos indiretos, sejam livres ou não, são estratégias da prática discursiva ainda menos utilizadas e, quando atravessam os excertos, estão para acompanhar ou anunciar um discurso direto. Por último, o relato narrativo de ato de fala foi codificado somente uma vez em todas as edições. Ao funcionar como um condensador da fala original (PEIXOTO, 2018), esse tipo de relato pode desabonar o ator social ou seu espaço de fala. Não é uma escolha utilizada pelo periódico de rua enquanto veículo de denúncia social.

A partir da categoria intertextualidade, codificamos, em muitos textos, vozes de pessoas em situação de rua articuladas a textos do jornal para relatar uma série de violações e violências. Também estão presentes referências a ações públicas de caráter assistencial, como no caso do exemplo anterior. Ações públicas de cunho emergencial como as mencionadas por Agnaldo Oliveira em sua fala reportada no jornal são benéficas e importantes em momentos como o da

crise pandêmica, mas elas também indicam a falta de responsabilidade do Estado em assistir à população em situação de rua quanto aos seus direitos básicos e de forma consistente. A articulação de uma rede para atender às demandas da população em situação de rua não se equipara ao contexto de vulnerabilidade, que cresce numa curva exponencial.

Considerações finais

Mapear a representação da situação de rua em textos do jornal de rua *O Trecheiro* durante o período pandêmico da Covid-19 reforçou como a prática discursiva pode ser um instrumento de transformação social. A partir da análise estrutural, constatamos que, entre as reportagens e notícias, a denúncia pela carência de políticas públicas é uma das temáticas mais recorrentes, de maneira que esses discursos se inserem nas estruturas desiguais de poder para revirá-las.

Com base na Análise de Discurso Crítica, que foi aporte teórico mais adequado em referência ao estudo de problemáticas sociais representadas na linguagem, definimos poder e ideologia para compreender como esses conceitos fazem parte do discurso. Num periódico que tematiza integralmente a rua, foi útil abordar o atravessamento desses temas, de acordo com as formas como *O Trecheiro* se organiza em termos da estrutura do suporte. São os atores sociais que assinam ou não os textos; as recorrências de seções ou a realização delas isoladamente; as manchetes dos textos; e outras percepções que nos conduziram a visualizar o jornal como um todo. Para além dos textos publicados, compreender como esse suporte é feito também auxilia na compreensão dessa prática discursiva.

Dos conceitos de poder e ideologia, nos voltamos para investigar como o abuso em relações socialmente representadas pela linguagem e estratégias de dominação podem afluir dos discursos publicados por um veículo de comunicação. Com os dados codificados, sistematizados e cruzados no *software* NVivo, que favorece a abordagem qualitativa escolhida para esta pesquisa, traçamos um panorama geral de como *O Trecheiro* realiza estrutura genérica. Para isso, identificamos os gêneros e pré-gêneros selecionados pelo periódico, assim como as temáticas recorrentes de cada um dos textos, admitindo que, na maioria das vezes, essas classificações se mesclam.

Ao termos identificado que, *O Trecheiro* é composto por reportagens, notícias, notas e outros gêneros argumentativos, expositivos e narrativos, a pesquisa mapeou regularidades na

construção jornalística. A partir dessa articulação, o periódico de rua se orienta para ser ferramenta de transformação social que denuncia violações e violências contra a população em situação de rua, assim como recorre a narrativas para tematizar as histórias do grupo.

Referências bibliográficas

ACOSTA, María del Pilar Tobar. Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em Ocas" e em o Trecheiro. 2012.

ACOSTA, María del Pilar Tobar; SANTOS, Andreia Alves dos; SANTOS, Gersiney Pablo. *"O que um morador de rua pode fazer nessa situação" - Uma análise discursiva crítica da representação de albergues e abrigos em street papers brasileiros"*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 14, Número Especial. 2013.

ALVES, Gissele. Estudos críticos do discurso. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, p. 187-220, 2022.

ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-117, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Maria E. G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____.The Problem of Speech Genres. In: Speech Genres and Other Late Essays Caryl Emerson and Michael Holquist, Eds. Austin: Universtity of Texas Press, pp. 60-102, 1986.

BAPTISTA, Myrian Veras. *A investigação em Serviço Social*. Lisboa e S. Paulo: CPIHTS e Veras Editora. 2001. 83 pp.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BONALUME, Cláudia Regina. *O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer*. LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer. v. 14 n. 1, março. 2011. pp. 2.

BRASIL. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. *Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010* - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

CHOULIARAKI, Lilie. FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh, UK: Edinburgh University. Press, 1999. 168.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed, 2006. p. 32-33.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Londres e Nova York: Longman, 1989. pg. 49.

_____. *Discurso e Mudança Social* Coord. e pref. à ed. bras. I. Magalhães. Trad. I. Magalhães *et al.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research* Londres e Nova York: Routledge. 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2016. p. 158.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IVC. Instituto Verificador de Comunicação. Evolução da Circulação Digital. Brasil, 2016 e 2021.

LEISTYNA, Pepi. *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis.* Journal of English Linguistics, v. 29, n. 2, p. 183-189, 2001.

MENDONÇA, Danielle Gruppi de. *População em situação de rua: Como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo*. Dissertação (Mestrado - em Linguística) - Universidade de Brasília, 2020.

MENDONÇA, Danielle Gruppi de; RESENDE, Viviane de Melo. *População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo.* DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada, 35(4). São Paulo. 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize; TEIXEIRA, Alex Niche. *Análises qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software NVivo®.* Revista Alcance, v. 23, n. 4, p. 578-587, 2016. p. 581.

NAÇÕES UNIDAS. *A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos*. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Santana de Parnaíba/SP, L, M & X, 2004.

NASCIMENTO, Emanuel Angelo. *Metáforas da Crise: Entre o discurso e a hipertextualidade no jornalismo on-line*. Ling. (dis)curso 16 (2). Agosto, 2016.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; SOUSA, Patrícia Cristina Santana de. *Para ficar em casa é preciso ter casa: Desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia.* v. 25 n. 51: Revista Augustus. 2020.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa. 2004.

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Ruberval. *O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso*. Linguagem em (Dis) curso, v. 18, p. 215-233, 2018.

RAMALHO, Ingrid da Silva. *Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua nas plataformas on-line do Correio Braziliense (2014 a 2018)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2020.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, v. 2, p. 223-243, 2016.

RESENDE, Viviane de Melo; ACOSTA, María del Pilar. *Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social*. Revista de Estudos da Linguagem. Vol, 26 nº 1. 2018.

RESENDE, Viviane de Melo; GOMES, Maria Carmen Aires. Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais-a violência em discurso no Correio Braziliense (2011-2013). Linguagem em (Dis) curso**,** v. 18, p. 165-191, 2018.

RIGHETTI, Sabine; QUADROS, Ruy. *Impactos da internet no jornalismo impresso.* ComCiência, n.110. Campinas. 2009.

ROZENDO, Suzana da Silva. *Street Papers: jornalismo ou forma de comunicação?: Comunicação e Novas Linguagens – percursos teóricos e empíricos*. v. 10 n. 1. 2011.

RUIZ, Eliana Maria Severino Donaio; FARIA, Melissa Bortoloto. *A intertextualidade no gênero resenha*. Ling. (dis)curso 12 (1). Abril de 2012.

SANTOS, Leonor Werneck. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Gersiney. Pablo. O jornal Aurora da rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico. 2013. 203f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SÃO PAULO. *Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua.* Prefeitura de São Paulo. São Paulo. 2016.

SCHLESENER, Anita Helena. *Grilhões invisíveis*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. pg. 14.

DA SILVA GARCIA, Afrânio. Uma tipologia semântica do verbo no português. Soletras, n. 8, p. 52-70, 2004.

SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, 2005. p. 20.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular. 2002.

VAN DIJK, T. A. Racism and the Press. London: Routledge, 1991.

_____. Media discourse. In: SAGE Series on Race and Ethnic Relations, Vol. 6: Elite discourse and racism. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1993. p. 241-282.

_____. *Racism and the Press*. Routledge, 2015. p. 50._____. *Principles of critical discourse analysis*. Discourse & society, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis*. Oxford university press, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.* Revista de Políticas Públicas Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, São Luís, v. 9, n. 1, jan./jun. 2005.